

ACTA Nº 11/2006

ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA CATORZE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E SEIS.

Aos catorze dias do mês de Dezembro do ano dois mil e seis, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a segunda reunião da Sessão de Dezembro, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 3 - Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 19/09/06 a 27/11/06; -----

Ponto 4 - Deliberar sobre desafectação de uma parcela de Domínio Público Municipal situada na Zona Industrial da Mota; -----

Ponto 5 – Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA. -----

A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Dinis Gandarinho. -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO. -----

Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente e Vereadores da Câmara Municipal. -----

FALTAS -----

Josué Teixeira, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos profissionais. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, João Canha Lopes. -----

Cláudia Santos, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos profissionais. Por esse motivo é substituída, pelo que se lhe segue na lista, Manuel Augusto Soares. -----

Nuno Torres, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Concelho. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Maria de Fátima Bola. -----

David Louro, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Concelho. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Manuel Carlos Castanheira. -----

Jorge Tadeu, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por motivos profissionais. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Âmandio Pereira. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se constatado a falta justificada de Pedro Tróia, bem como as presenças de: António Neves Vieira, Humberto Rocha, Carlos Sarabando, Manuel Castanheira, João Canha Lopes, Mário Júlio Ramos, Irene Ribau Esteves, Manuel Augusto Soares, António Flor Agostinho, Pedro Parracho, Maria de Fátima Bola, Fernando Nascimento, José Alberto Loureiro, Francisco Grangeia, Âmandio Pereira, Eduardo Ferreira, Rui Pereira, Hugo Coelho, Dinis Gandarinho, Hernâni Santo, Rufino Filipe, Manuel Serra, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde. -----

A reunião teve início às 21H30. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL COMEÇA POR LER UM TEXTO DE ESCLARECIMENTO AO PONTO 1- APROVAÇÃO E VOTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÓNIMA (CMI/PRIVADOS PARA REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS DE INTERESSE MUNICIPAL) QUE SE TRANSCREVE: “

Face ao pedido de anulabilidade da Assembleia Municipal apresentada pelo Partido Socialista na reunião do passado dia 6 de Dezembro, e aos mal entendidos que entretanto se geraram, a Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo, quer deixar claro que, no seu entendimento, a figura do pedido de anulabilidade da Assembleia não tem qualquer enquadramento regimental, ou legal, pelo que, naturalmente não poderá ser atendida. -----

No entanto, e considerando os motivos invocados, em relação aos quais não pode deixar de manifestar as sua mais profunda discordância, entende a Mesa necessário prestar os seguintes esclarecimentos: -----

1. A primeira convocatória da presente reunião ordinária da Assembleia Municipal foi realizada em 24 de Novembro de 2006, pelos meios legalmente previstos, cumprindo assim o disposto na Lei nº 5- A/2002, de 11 de Janeiro, e no artigo 31º/2.5 do Regimento da Assembleia. -----

2. O aditamento à respectiva Ordem de Trabalhos foi entregue, por protocolo, em 4 de Dezembro de 2006, antes das 21 horas, logo com 48 horas de antecedência em relação à data do início da reunião de 6 de Dezembro desta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Ílhavo, nos termos previstos no artigo 32º/3 do Regimento. -----

3. Isto porque, os assuntos aditados à Ordem de Trabalhos devem ser comunicados aos membros da Assembleia com 48 horas de antecedência (artigo 32º/3 do Regimento), como, de facto, foram. -----

4. É certo que os documentos de suporte à discussão devem ser enviados com a convocatória. No entanto, prevê a Lei nº 5-A/2002 e o nosso Regimento que, quando por razões de ordem técnica ou confidencialidade, invocados neste processo, ainda que pontual, aqueles não sejam distribuídos com a convocatória, devem estar disponíveis para consulta desde o dia anterior à data indicada para a reunião (artº 31º/8 do Regimento). -----

5. Aliás, em rigor, aquele aditamento até poderia só ter tido lugar no início do período da ordem do dia 6 de Dezembro de 2006 (artº 32º/4 do Regimento), como os membros da bancada do Partido Socialista certamente saberão. -----

Concluindo: -----

Queixa-se o Partido Socialista que a convocatória foi alterada por uma adenda e pretende com isso anular a Assembleia Municipal. -----

Ora, desde logo, não houve qualquer alteração da convocatória, o que houve foi uma alteração da Ordem de Trabalhos, realizada de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis. -----

Por outro lado, não é possível anular uma Assembleia Municipal mas apenas as deliberações que padeçam de qualquer vício formal ou substancial. Sendo que, em qualquer dos casos, não tem a Mesa da Assembleia competência para decidir tais pedidos. -----

Cumprir referir, para concluir, que, ao participar activamente, quer na discussão, quer na votação de TODOS os pontos agendados para a reunião de 6 de Dezembro de 2006, o grupo do Partido Socialista validou qualquer irregularidade formal da convocatória que julgava existir antes de se iniciar a presente sessão da Assembleia Municipal. -----

Ílhavo, 14 de Dezembro de 2006. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo -----

As.) António Francisco das Neves Vieira". -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DÁ A PALAVRA AO MEMBRO HUMBERTO ROCHA PARA RESPONDER À EXPLICAÇÃO DADA POR ELE: Continua a afirmar que os documentos entregues a alguns elementos do PS, bem como aos representantes da CDU e do CDS foi feita depois das 21:00 do dia 04 de Dezembro de 2006 conforme sua confirmação. -----

Diz que somente os documentos de ordem técnica complexas ou confidenciais podem estar disponíveis para consulta com menos de 48 horas, nos Paços do Concelho, portanto visto que os documentos foram entregues no domicílio, não tinham essas características. Conclui que tem razão no pedido de anulabilidade da Assembleia Municipal e das decisões nela tomadas. Finaliza solicitando ao Presidente da Assembleia o texto que leu à Assembleia. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 3 - Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 19/09/06 a 27/11/06; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Destaca quatro notas do documento apresentado, nomeadamente às questões ligadas à educação, ao Arranque do Ano Lectivo, à apresentação do Plano Municipal de Intervenção Educativa 2006/2007 e à Semana da Educação. -----

A educação é uma matéria prioritária em termos de gestão e funcionamento do Município, e portanto nos passados quatro meses desde o arranque do ano lectivo, a Câmara dedica mais atenção às competências da Câmara, bem como às opções políticas, o que tem funcionado bem. -----

O Plano de Intervenção Educativa foi aprovado no Conselho Municipal de Educação, assim como deu conhecimento formal numa reunião realizada no Edifício Sócio Educativo da Gafanha do Carmo, incluída na Semana da Educação. -----

A segunda nota de destaque, respeita ao Congresso Extraordinário da ANMP, realizado em quatro de Outubro e ao Conselho Geral do dia 17 de Novembro, sumariados nesta exposição, tendo como temas principais, a nova Lei das Finanças Locais e a nova Lei do O.E para 2007, chamando a atenção para as implicações negativas que qualquer dos dois documentos venham a ter para o funcionamento do Poder Local em Portugal. -----

A terceira nota de destaque, depara-se já com o balanço do 1º, considerado positivo, visto que houve a realização de obras inauguradas, de obras em desenvolvimento, das acções materializadas, em tudo resumido num ano importante para que o conjunto dos quatro anos do mandato possam conseguir atingir os objectivos fixados e compromissos que assumidos com os cidadãos eleitores. -----

A quarta nota realça o ponto 36 da exposição, à Comemoração dos 30 anos do Poder Local Democrático. Diz ser uma data de grande importância, tendo a mesma sido comemorada com os colegas autarcas em Lisboa no âmbito das Comemorações Nacionais e no Município, inaugurando a rotunda que fará a ligação da Av. da Srª. do Pranto e a 25 de Abril, com a nova via de ligação à A 17, alusiva a esta temática. As comemorações terminaram com uma sessão solene educativa e um debate à volta do desenvolvimento do Município, na óptica do desenvolvimento regional a pretexto do Plano Regional de Ordenamento do Território que está a iniciar a sua concretização. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JOSÉ LOUREIRO: Pergunta qual o ponto do regimento em que se basearam para que as reuniões de Assembleia se iniciem às 21:30 e não às 21:00, conforme convocatória. -----

HUMBERTO ROCHA: Solicita repostas às questões colocadas na última reunião, relacionadas com a falta de beneficiação do Bairro Operário da Vista Alegre, se o Tribunal de Contas chumbou as obras da Biblioteca Municipal e as obras da Costa Nova, bem como quais os resultados desse, de um possível chumbo e qual a situação dos trabalhos efectuados a mais pela Câmara. -----

Coloca novas perguntas: Como é possível a Câmara Municipal de Ílhavo ir pagar 191.071,97 € + IVA à firma Construtora Abrantina, por obras de conservação do Museu, quando existem tantos problemas desde o final da construção do edifício? e Será que alguma empresa de capitais privados, em que estes tivessem de utilizar os seus fundos, embarcaria num jogo destes. -----

RUI PEREIRA: Teve conhecimento através da comunicação social que a Câmara Municipal de Ílhavo terá de pagar uma indemnização a um dos concorrentes do concurso à Obra de Recuperação da Vila Vieira, para a Junta de Freguesia de Ílhavo. Solicita uma explicação sobre esta matéria, visto que a indemnização ronda cerca de 90.000,00 €. Por isso pergunta quais os erros cometidos aquando do concurso, nomeadamente as razões para a empresa ser excluída e recorrer aos tribunais para ser indemnizada. -----

FLOR AGOSTINHO: Começa por homenagear os mais de 500 autarcas de Ílhavo, agradecendo-lhe todo o trabalho, empenho e dedicação que ao longo destes 30 anos de existência do poder autárquico democrático em Portugal, dedicaram ao Concelho, tendo através do seu contributo, idealizado, programado e implementado acções, obras e empreendimentos, sempre em benefício dos seus conterrâneos, de forma desinteressada e construtiva, de forma a rentabilizar os escassos recursos materiais e financeiros colocados à sua disposição, com o objectivo fundamental dos vindouros poderem herdar uma qualidade de vida superior à que lhes foi proporcionada pelos seus antecessores. -----

Exprime saudade do convívio que partilhou com alguns deles, que hoje já não se encontram vivos, designadamente Dr. Alcino Couto, Sr. Calisto, Sr. Cravo da Rocha, Sr. José Bagão, Dr. Balseiro, Sr. Amadeu Agra, Capitão Nordeste, Prof. Campolargo, António Amarante, os quais sempre lhe transmitiram o espírito de missão de serviço prestado ao colectivo no desempenho dos seus mandatos, pese embora os ideais políticos que defendiam. -----

Diz ainda que é de assinalar a vontade e honestidade e sinceridade que demonstravam nos debates políticos em que intervinham, demonstrando, assim, serem verdadeiros cidadãos no exercício pleno dos seus direitos de cidadania. Foi com autarcas como este e outros que igualmente desempenharam mandatos autárquicos, que a democracia em Portugal foi sendo consolidada e o poder local pode hoje ser

reconhecido como uma das maiores conquistas do 25 de Abril, como o demonstra e demonstrou o progresso e melhoria do nível de vida das populações da totalidade dos 308 concelhos do país. -----

É sua convicção que as tentativas de reduzir o poder de intervenção dos autarcas, na resolução dos problemas e expectativas dos seus munícipes, como se tenta nos dias de hoje promover, designadamente através da Lei das Finanças Locais, com a imposição de restrições ao financiamento, levará inevitavelmente à fragilização da democracia, por afastamento dos mais empreendedores, e concomitantemente ao desinteresse e descridibilização da política, da solidariedade social, da defesa dos direitos dos cidadãos e a uma maior centralização do poder na Administração Central. -----

Descreve que ao longo deste trinta anos, o Concelho de Ílhavo quase sempre foi representado por bons e empenhados autarcas, que sempre colocaram o interesse da comunidade, acima dos seus interesses pessoais ou da satisfação do seu ego próprio, como demonstra o trabalho e a obra desenvolvida nos seus mandatos, facilmente reconhecida pela existência de marcos arquitectónicos no Concelho, apesar de se constatar que nem tudo está concretizado, sintomático de que a população Ilhavense continua a saber exigir qualidade de trabalho aos seus representantes, apesar de igualmente continuar a saber reconhecer aqueles que verdadeiramente procuram satisfazer os seus anseios e as suas ambições. -----

Demonstra que embora pese as dificuldades de financiamento hoje sentidos pelo nosso município, e pela maioria das autarquias, não só pelas imposições relevadas na Lei das Finanças Locais, mas também, porque os Governos da Nação não são sensíveis ao desbloquear de importantes investimentos privados projectados para o Concelho, constata que os autarcas Ilhavenses, realmente interessados em potenciar a riqueza natural da sua Terra e em promover o seu desenvolvimento no interesse de todos, continuam disponíveis e atentos aos sinais que a economia transmite no sentido de procurarem caminhos firmes, sustentáveis e alternativos, que possibilitem a concretização daquilo que falta fazer em termos de infra-estruturas, vulgo betão, e daquilo que deve passar a ser feito, nomeadamente mais e melhor prestação de serviços ao nível da educação, de promoção profissional, da cultura, apoio à terceira idade, apoio social aos mais carenciados, em conclusão, nas áreas da criação de competências dos jovens e da dignificação da qualidade de vida dos mais idosos. Assim, indica esperar que a capacidade de criação de parceiros responsáveis com entidades do sector privado e com instituições do sector público, que a firmeza em defender o desbloquear de relevantes investimentos provados em Ílhavo, e a permanente preocupação em implementar o Plano Estratégico para o Concelho de Ílhavo, sejam os objectivos dos actuais autarcas, para que continuem a honrar o compromisso que tiveram para com os munícipes Ilhavenses, de continuarem a criar mais e melhor nível de vida para todos. -----

Relativamente à exposição municipal apresentada coloca as seguintes questões: sobre o ponto 1, realça e congratula a normalidade do arranque do ano lectivo no Concelho, possivelmente pela resolução atempada de muitos e eventuais problemas sempre existentes nas instalações das escolas, tais como, horários de transporte, problemas relacionados com a alimentação, colocação de pessoal a apoiar, entre outros. Chama à atenção para a implementação do programa para enriquecimento extra-curricular para o 1º ciclo, questionando, se devido a isso estão a surgir problemas com as actividades de ATL, desenvolvidas pelas IPSS. Levanta esta hipótese porque diz, como já se depreendeu poderão estar a surgir problemas com a manutenção destas estruturas nas nossas organizações de carácter social, sintomático de que o Governo não terá equacionado todos os problemas e que o Governo não terá ido muito bem no desenvolvimento ou na implementação deste programa. -----

Relativamente ao ponto seis, Programa de Apoio a Projectos Educativos (PAPE), pede para saber qual é a receptividade a este programa, ou seja, ao nível de apresentação de projectos. -----

Sobre o programa municipal de bolsas de estudo considera que é deveras importante a sua implementação, questionando quanto são os bolseiros a usufruir deste apoio no Concelho. -----

Realça o facto de na exposição apresentada estarem referenciados doze pontos, directa ou indirectamente ligados com a juventude do Concelho, todos eles direccionados para o conhecimento, para a aprendizagem, para a criação de condições que venham a potenciar ou otimizar a qualidade de serviços prestados ao nível dos agentes educativos, mesmo não se vendo, é obra. -----

Relativamente ao ponto 20, realça a homenagem feita a João Carvalho, porque conseguiu-se congrega grande parte do movimento associativo de Ílhavo, prestando uma vez mais homenagem ao homem que, fez muito pelo Concelho, e ao nível da cultura foi um exemplo para todos. -----

No ponto 21, pergunta se a proposta transmitida pelo Conselho de Administração da Associação de Municípios, é apenas um alargamento de fornecimento a mais três municípios, ou seja, se é a criação de mais três clientes, ou a integração de três municípios na associação. -----

Quanto à reunião dos Presidentes de Câmara da AMRIA, questiona se perante a projectada criação das portagens na A17 e na A29 há algum desenvolvimento. -----

Sobre a reestruturação dos serviços de saúde, pretende saber, se há data agendada para o Ministro receber os representantes do Poder Local da região. -----

Quanto à Zona Industrial da Nova Geração, defende, e entende ser importante a sua criação, por isso pergunta se desenvolvimento desta Zona Industrial prevê algum espaço zona no Concelho. -----

Sobre o Quartel da GNR, pergunta para quando a recepção provisória da obra e a sua activação. -----

Relativamente ao Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro e segundo a informação transcrita, prevêem-se reuniões regulares, pretende saber se as mesmas serão profícuas e consequentes, ou seja, pretende saber qual a avaliação da Câmara Municipal de Ílhavo quanto a esta estratégia de desenvolver o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT). -----

Relativamente à exposição apresentada sobre a Estratégia Nacional para o Mar, pretende saber se o documento apresentado pela Câmara sobre outro elaborado pelo Governo é consequente, vai ter algum destino, vai ter fim, ou prevê realizar algo. -----

Através da comunicação social obteve a informação de que o Projecto da Marina da Barra está em vias de resolução, e que a situação dos investimentos previstos para a Quinta da Boavista estavam prestes a ser resolvidos. Assim, e para finalizar a sua intervenção pede esclarecimentos sobre essa matéria. -----

FRANCISCO GRANGEIA: Inicia a sua intervenção dizendo que a actividade municipal é uma continuação dos trabalhos que se têm andado a desenvolver e parece que nunca mais têm fim, colocando as seguintes questões: Para quando o fim do saneamento na Gafanha da Nazaré?; Qual a situação do Jardim Oudinot? ; Para quando a inauguração do Quartel da GNR e o seu funcionamento, bem como a resolução dos problemas com os terrenos? -----

Alerta para a situação actual da Costa Nova, onde os habitantes e comerciantes se encontrarem num perigo constante, devido à venda ilegal aumentar drasticamente aos fins-de-semana. Diz que, embora haja necessidade de fiscalizar mais a venda ilegal, o perigo real não está na venda, mas sim no comportamento dos vendedores ambulantes em estabelecimentos comerciais, visto que ameaçam e agredem os proprietários e clientes desses estabelecimentos. Comenta que nas ruas, as ameaças são constantes pondo em causa a segurança das pessoas. -----

Dado a GNR não se encontrar presente quando mais necessitada, solicita que a Câmara requirite, urgentemente, aos fins-de-semana, serviço dos piquetes da GNR para impor a ordem e acabar com a anarquia no trânsito que os vendedores ambulantes criam, fazendo dos passeios e das estradas o que lhes apetece. -----

Constata que na época de Verão, a GNR encontra-se no Posto da Costa Nova, mas no Inverno poucas são as vezes que são vistos na localidade, a não ser para jogar futebol no campo existente ao lado do Mini-Golfe, ou para passar multas aos incautos com algum excesso de velocidade. -----

Apela à Câmara atitude rápida e capaz para resolver o problema da presença da polícia em todos os fins-de-semana na Costa Nova, pois a população está revoltada com esta situação de anarquia. -----

EDUARDO FERREIRA: Sobre os Programas Extracurriculares, pretende esclarecimento sobre qual a situação actual, bem como o porquê de ainda não estar a funcionar plenamente em algumas situações. Questiona se é por falta de mão-de-obra técnica especializada ou outra situação. Apela a que não sejam colocadas em causa o prolongamento, pois são as crianças que usufruem destes programas extracurriculares e no fundo resume todo o acréscimo que estes programas podem conter em termos culturais e pedagógicos para as crianças. -----

No seguimento da observação feita pelo membro Flor Agostinho sobre a Marina da Barra e sobre a Carreira de Tiro, também solicita esclarecimentos ao que foi tornado público pela Comunicação Social. -----

Pelo Presidente da Mesa foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para responder às citadas questões: -----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Ao membro Humberto Rocha que colocou questões sobre o Bairro da Vista Alegre relembra e explica que o primeiro contrato de cooperação que a Câmara Municipal firmou com a Vista Alegre está cumprido a 100% desde meados do mandato anterior e aquilo que se iniciou ainda antes de se materializar a 100% o primeiro acordo, foi iniciar a negociação de um segundo acordo. Na negociação desse segundo acordo e das várias notas que estão no borrão do acordo que a própria Câmara Municipal propôs, estão matérias ligadas à qualificação do bairro, sendo que, a parte prevista no primeiro acordo, está formalmente cumprida. -----

Diz que a Câmara Municipal, há um ano e meio atrás, aprovou uma informação prévia de loteamento, que é o primeiro passo para que se faça a qualificação do bairro e a valorização urbana e ambiental do próprio, no âmbito de um trabalho que levou cerca de três anos com a liderança, obviamente do dono da Vista Alegre, com a participação permanente da Câmara Municipal, e com um dos muito bons arquitectos da nossa região no sector privado, estando esse trabalho aprovado. -----

Actualmente, a Vista Alegre vive nos últimos dois anos uma situação interna de agitação naquilo que é a titularidade do capital, bem como outros níveis. -----

Garante a Câmara Municipal que tem reiterado a sua disponibilidade e empenho, para fazermos segundo contrato, abrangendo um conjunto de áreas, tais como: área cultural, turística, qualificação urbana, ambiental do bairro, entre outros. Refere que não há incumprimento naquilo que respeita ao contrato firmado, visto que já foram transmitidos dados, nomeadamente informação prévia formal. -----

O Tribunal de Contas não chumbou nenhum processo de visto da Biblioteca, e da Calçada Arrais Ançã. Chumbou vários processos de trabalhos a mais em relação a várias obras do Município e de grande parte dos Municípios Portugueses por ter um novo entendimento daquilo que são os trabalhos a mais. Este novo entendimento deve-se à nova presidência. Neste sentido, novas obras com trabalhos a mais, terão novo procedimento de adjudicação desses trabalhos a mais que terá de ir ao encontro da nova forma que o Tribunal de Contas tem para interpretar a Lei que não mudou. -----

A obra do Museu tem um problema de edifício que deriva de consequências que não tem um cadastro objectivo. Houve muitos outros problemas de obra que foram imputados ao empreiteiro e que estão resolvidos. No entanto, não tendo sido possível com esta situação, a Câmara assumiu esta operação que tem a ver com um tanque exterior e com as salas de exposições temporárias, afim de dar melhores condições ao Museu. O Museu no seu sexto ano de vida vai receber uma primeira obra de conservação de aproximadamente duzentos mil euros. -----

Sobre a questão da Vila Vieira, colocada pelo membro Rui Pereira explicará o processo para responder também às questões colocadas pelos membros José Loureiro e Humberto Rocha. Assim, refere que a explicação exacta desta matéria carece de consulta ao processo. Começa por explicar que foi aberto concurso em 2003, tendo sido adjudicada a obra em Setembro do mesmo ano e assinado contrato com a empresa Pascal II em Janeiro de 2004, com visto do Tribunal de Contas em Março de 2004. Aqui, o Tribunal discordou de uma decisão tomada pela Câmara neste concurso, que foi de excluir três empresas. A Comissão de Análises e a Câmara Municipal deliberou excluir três empresas do concurso, tendo uma delas recorrido da nossa decisão e o Tribunal de Contas considerou que a Câmara agiu ilegalmente na exclusão de três empresas. No entanto, entendeu também o Tribunal que não era motivo suficiente para deixar de visar o concurso tendo-o feito. -----

A empresa colocada em 2º lugar recorreu também para a Câmara da decisão, tendo perdido o concurso em termos de verbas, por mais de 10% de diferença em relação ao 1º classificado, decidindo recorrer da adjudicação da Câmara porque havia um erro no Caderno de Encargos. Erro esse, que numa determinada rubrica do Caderno de Encargos em vez de estar o número de unidades respeitantes àquela rubrica, havia um erro, porque, em vez de estar escrito um número, estava lá um "L". Ninguém tinha detectado, nem as empresas quando concorreram ao concurso. Duvidas ocorrida aquando da adjudicação, e que foram dúvidas retiradas por consulta às empresas, tendo-se deliberado a adjudicação. -----

Mais tarde, uma sentença judicial, é muito elucidativa sobre esta matéria, no entanto com o contrato e visto, a obra começou. A empresa DA BEIRA, não contente como facto da Câmara lhe ter negado

provimento ao seu recurso, recorreu ao Tribunal, argumentando com a questão do “L”, considerando o esclarecimento da Câmara aquando da adjudicação sobre a referida questão incorrecto, e que na gestão dessa incorrecção há um favorecimento à empresa PASCAL II, que ganha o concurso. -----

Explica todo o procedimento decorrido, destacando o facto de a Câmara ter ganho a 1.^a instância no Tribunal Administrativo em 2004, tendo a empresa recorrido ao Tribunal Administrativo de Círculo ganhando no recurso. Quando ganha no recurso, coloca-se um problema de inexecuibilidade da sentença. Explicados as várias fases do processo decorridas em tribunal, a execução da sentença diz que a empresa tem direito a uma indemnização. Refere que ficou decidido não recorrer ao Supremo Tribunal Administrativo, porque se entendeu que seriam gastos mais dinheiro e tempo, sendo este precioso na gestão do processo e que o Tribunal verificaria a inexecuibilidade da sentença, encerrando o processo. ----

Aconteceu o oposto, porque a empresa mete execução e dela deriva a decisão do Tribunal recebida em Agosto de 2006, apontando em comunicação oficial à Câmara Municipal que a empresa tinha direito a uma indemnização de cerca de 127.000,00€, indicando também à empresa e à Câmara Municipal que encetassem o processo negocial para chegarem a acordo sobre pena de a fixar o Tribunal. -----

Encetou-se um processo negocial com a empresa, chegando ao acordo de 90.000,00€ pago em três tranches durante o ano financeiro de 2007. Comenta que nunca imaginou que um Tribunal de Contas tenha a sua sentença completamente alterada por um Tribunal Administrativo. -----

Relativamente à questões colocadas pelos membros Flor Agostinho, Eduardo Ferreira e José Loureiro, sobre o Programa Extra Curricular, explica que ficou combinado entre os parceiros envolvidos, que utilizariam o 1º período do ano lectivo para a instalação e adaptação, visto ser um processo difícil e inovador. -----

A selecção dos candidatos para professores nas áreas de Educação Física, Música e Inglês ultrapassou em mais de quatrocentas candidaturas. Por isso, não se esperava que, posteriormente tivesse de chamar pessoas foras das listas de candidatos. No entanto, dado existirem concursos em outros municípios de horários parcos de nove horas e simultâneos no horário, não permitindo a coordenação dos mesmos, houve necessidade de tomar algumas decisões fora do concurso. O Projecto está a funcionar globalmente bem, existindo a insuficiências de pessoal ao nível de auxiliar de educação educativa. -----

O PAPE, é um programa com grande receptividade, visto que depois de um ano de interregno, houve dezasseis candidaturas, encontrando-se em análise. -----

São vinte e três bolseiros que a Câmara está a apoiar, informando que está a decorrer o processo de atribuição para o ano lectivo 2006/2007. -----

Comenta que foi com muito gosto que a Câmara participou na parte da homenagem ao concidadão João Carvalho. -----

Em relação aos Municípios do Carvoeiro, pretende-se ampliar o sistema de Águeda que é município membro e integrar como município membro os municípios de Vagos e de Oliveira do Bairro. Como cliente, mantêm-se apenas o município de Ovar. -----

Respeita as lutas tidas na estrada e na praça pública, pelo Partido Comunista Português e outros cidadãos, contra as portagens na A17. No entanto, o Governo não voltou a falar mais sobre esta matéria, estando, possivelmente a fazer estudos para verificar como é que vai fazer a cobrança das portagens. Informa que o Secretário de Estado Adjunto estará presente na inauguração da A17. -----

Quanto às Zonas Industriais de Nova Geração, indica que o Concelho de Ílhavo é um dos três Concelhos apontados para receber a área base. No entanto, se não for escolhido, o Concelho terá sempre um pólo da Zona Industrial de Nova Geração da região. -----

Relativamente às questões sobre a temática do Quartel da GNR, responde que não tem informações a adicionar àquela que lhe foi transmitida aquando da visita Sub-Secretário de Estado, há já dez meses, em que foi referida que abertura seria efectuada até ao Natal. Acrescenta que na parte final da obra houve mais um terreno que a Câmara entregou ao Ministério, para que a entrada do Quartel fosse alargada e não tivesse uma entrada muito estreita, como tinha na sua concepção inicial. -----

Entende que a reunião sobre o PROT foi muito profícua, como também o seu cronograma e estratégia definida para a sua realização, sendo esta a primeira vez que se faz um plano no País e na região, com cronograma de faseamento. -----

A Estratégia Nacional para o Mar é má e estando já a ser publicada em Diário da Republica. O Governo aprovou uma Estratégia para o Mar, elaborada por uma comissão de duas pessoas e sem prestar qualquer atenção à posição da Câmara Municipal de Ílhavo ou da ANMP. Diz tratar-se de um documento sem relevância, mas de leitura recomendável. -----

Sobre o Projecto da Marina da Barra e da Quinta da Boavista, esclarece que os dois projectos são muito importantes e delicados na sua formalidade, tendo envolvimento directo de investidores privados. São processos anómalos, na medida em que, logo na fase de Plano de Pormenor têm envolvimento formal da entidade privada investidora. Diz serem no Concelho os dois casos desta situação. Comenta que o pior serviço que se pode fazer, é falar na praça pública sobre assuntos que não são formais, tentando capitalizar politicamente. Sobre o comentário do deputado António Candal, é sua opinião que ele não cometeu nenhuma incorrecção, visto que falou sobre a matéria num jantar reservado do seu partido. No entanto, não diz o mesmo do Vereador João Oliveira, visto que em entrevista na Rádio Terra Nova abordou a matéria, tendo de seguida e de forma anormal o Presidente da Concelhia PS emitido um comunicado muito curioso e interessante sobre esta matéria. -----

Informa que tomou posição pública formal para esclarecer o seguinte: A Câmara Municipal está a trabalhar com o Governo com todo o afinco, bem como com outras entidades envolvidas no processo. ----

Esclarece que a Marina da Barra é um processo dentro da área portuária. Por isso, a entidade líder é a Administração do Porto de Aveiro, embora em termos de Plano de Pormenor a entidade líder seja a Câmara Municipal. Estes dois processos em termos de Plano de Pormenor só acabam quando o Governo os ratificar, conforme exigência da Lei. Portanto, diz ser irresponsável falar sobre estes dois processos na forma como fizeram o Vereador e a Concelhia do PS. -----

Ao membro Eduardo Ferreira informa que nunca houve acordos entre o PS e o PSD, pois a Câmara Municipal trabalha com o Governo e vice-versa. Há os deputados do Concelho de Ílhavo do PS e do PSD a trabalhar institucionalmente com a Câmara em vários dossiers importante para o Concelho. -----

Ao membro Francisco Grangeia explica que responderá à sua questão sobre o saneamento da Gafanha da Nazaré. Aquando da discussão do Plano e Orçamento. No entanto, adianta que estão a aguardar pela mudança de um Quadro Comunitário de Apoio. Existem projectos a serem elaborados, porque se sabe que haverão Fundos Comunitários para fazer obra. -----

A situação do Jardim Oudinot continua na mesma e será a primeira candidatura a Fundos Comunitários do QREN. -----

Quanto à situação verificada na Costa Nova solicita que aprovada a acta, a intervenção do membro Francisco Grangeia seja enviada pela mesa da Assembleia ao Ministro da Administração Interna, ao Comandante do Posto da GNR da Gafanha da Nazaré, que tem a jurisdição da Costa Nova e, ao seu Chefe da Brigada Territorial de Aveiro. -----

Esclarece que nunca disse o que o membro comentou sobre a GNR, mas concorda com a existência do problema que se agrava cada dia que passa. Por isso, a Câmara está a trabalhar com a participação directa do Governador Civil, tendo mesmo, a Câmara oferecido o seu "orçamento" para pagar à GNR para prestar serviço, nomeadamente ao Domingo, no Inverno, de modo a ter efeito dissuasor, afim de resolver o problema. -----

Termina, respondendo às questões levantadas no Período antes da ordem do dia: Agradece em nome da Câmara a saudação feita pelo membro Eduardo Ferreira à Vereadora Prof^a Margarida, na qualidade de nova Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; -----

Aguarda pelas ideias que serão apresentadas em concurso, afim de saber se haverá ou não alteração da estrutura viária local na requalificação do centro da Gafanha da Nazaré; responde ao membro José Loureiro que este ano foi de aprendizagem para a Câmara e Junta de Freguesia fazerem alguns ajustamentos em diferentes níveis na gestão do Mercado da Gafanha da Nazaré; ao membro Francisco Grangeia informa que a Câmara Municipal não tem competências para remover golfinhos das praias. A Câmara coopera institucionalmente com a entidade competente, e somente não foi retirado o golfinho no dia em que foi solicitado pela Capitania, porque não havia disponibilidade logística, tendo a mesma sido feita no dia seguinte ao que o Ministério do ambiente devia ter feito e em relação ao parque florestal do Parque de Campismo, a gestão das árvores é da Câmara e é feita em parceria com a empresa. Foi

consultado um especialista na matéria, porque vai ser necessário mudar todas as árvores do Parque, visto que se encontram a morrer. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

HUMBERTO ROCHA: Sem colocar em dúvida as dificuldades financeiras da Vista Alegre, chama à atenção que ela aparece nas revistas no 16º lugar do ranking das mil empresas do distrito maiores. Por isso, questiona se o cronograma da 2ª fase está ou não a ser cumprido. -----

Sobre as obras do Museu, pretende saber se não haveria maneira de imputar alguma percentagem a qualquer um dos intervenientes de maneira a não penalizar a Câmara em 200.000,00 euros. -----

Quanto à indemnização paga referente à obra Vila Vieira, acha que se está a cometer um erro grosseiro em alterar o valor inicial; porque não se pode alterar o preço inicial das propostas; após os candidatos e a comissão de avaliação terem acesso ao conteúdo das propostas, citando: "As propostas apresentadas a concurso não pode ser permitida ou autorizada a introdução de qualquer alteração aos elementos constantes da proposta de um determinado candidato, nomeadamente alteração do preço global da proposta sob pena da violação dos princípios da isenção e da imparcialidade consagrados no artº 6º do Dec- Lei 55/99, de 2 de Março". -----

FLOR AGOSTINHO: Sobre o PAPE, comenta que o modelo não está absolutamente certo, porque não estará o futuro a ditar que a Câmara terá de vir a contratar animadores culturais, que preencham este tipo de valências e que permitam aos pais ter as crianças nas escolas até às 19H00, 19H30 e 20H00. -----

JOSÉ LOUREIRO: Pergunta se é necessário apresentar requerimento para que lhe seja dada a conhecer a sentença do Tribunal. Sobre as lutas das portagens, diz ser uma luta que o partido está a mover. -----

Pelo Presidente da Mesa foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para responder às citadas questões: -----

3ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Ao membro Humberto Rocha diz que não se deve basear no ranking de empresas em termos das mil maiores, como nota de solidez a qualquer tipo de dimensão, visto que essas tabelas são habitualmente feitas por volume de facturação e a empresa pode estar bem colocada na lista e ter um problema financeiro gravíssimo. Há pouco tempo em que 80% do capital da Vista Alegre pertence à banca, fazendo com que a vida interna da empresa tenha que ter ajustamentos. Por isso, não é dessa forma que se consegue verificar a saúde financeira, a sua estabilidade de gestão interna, a titularidade do poder da administração, como consequência da titularidade do capital de uma empresa. Não há 2ª fase do cronograma, encontra-se proposto. O 1º contrato formal está executado a 100%. -----

Quanto à obra do Museu, refere que o valor elevado que correspondia a defeitos de responsabilidade do empreiteiro, foram-lhe imputados e a obra está executada. Diz haver outra parte que já referenciou na anterior intervenção. -----

Sobre o processo da Vila Vieira, diz que o membro Humberto Rocha só está a ver o processo na óptica da empresa DA BEIRA, e que perante a situação tomaria as mesmas decisões, corrigindo o erro para que não desse origem a este processo. -----

Ao membro Flor Agostinho diz que a Câmara Municipal é contra este modelo que o Governo apresentou dos programas de enriquecimento extracurricular. Informa que em Janeiro dar-se-á início a um processo negocial de transferência de competências entre o Governo e a ANMP, sobre as estratégias e competências na área da Educação para ajudar a resolver alguns problemas crónicos, nomeadamente a insuficiência das auxiliares de acção educativa no 1º Ciclo, entre outros. -----

Finaliza dizendo ao membro José Loureiro que para não anarquizar os serviços, terá de solicitar formalmente acesso aos documentos, conforme tem sido feito anteriormente. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 4 - Deliberar sobre a desafectação de uma parcela do Domínio Municipal situada na Zona Industrial da Mota. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----1ª

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Diz que o processo é simples e que formalmente tem

de ser apresentado à Assembleia Municipal. Por isso, demonstra disponibilidade para esclarecer qualquer dúvida suscitada. -----

O Presidente deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que não havendo intervenções, submeteu-se de imediato à votação. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 5 - Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2007. -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: O Plano e Orçamento proposto para 2007 é um documento realista que faz um exercício entre a cautela e a ambição, gerindo as previsíveis dificuldades que o ano 2007 trará nomeadamente na matéria financeira, do qual se destacam duas principais. A primeira, serão as dúvidas que vão derivar da aplicação da Lei das Finanças Locais e o facto de o Governo ter comunicado, que as verbas do Quadro de Referências de Estratégia Nacional, ainda chamado Novo Quadro Comunitário, não vão estar disponíveis em termos de as utilizarmos em condição durante o ano de 2007. A apresentação de candidaturas decorrerá nos últimos meses do ano. -----

No entanto, perante esta realidade do QREN, há que começar a trabalhar no sentido de se prepararem os projectos e adjudicações para que sejam alvos de candidatura a esses Fundos Comunitários, as candidaturas a acontecerem terem, de ter adjudicação provisória feita; e daí, no texto de introdução serem definidas as áreas dentro das quais serão apresentadas candidaturas de projectos a Fundos Comunitários com mapas financeiros que têm verbas indicativas. Têm pequenas verbas, na medida em que a execução financeira desses objectivos não será relevante em 2007, mas precisa-se da sua presença para poder fazer adjudicações e depois candidaturas. Ficou decidido definir uma obra, que é a da Qualificação do Jardim Oudinot na Gafanha da Nazaré, como se pode ler no texto da introdução do ponto 4 da página 5. --

Em termos de gestão financeira e de sustentabilidade de projectos, aqueles que respeitam os apoios comunitários vão estar fora do QREN, nomeadamente o Fundo Europeu das Pescas. Tem-se estado a trabalhar com a Direcção-Geral das Pescas, estando com pré-candidatura formalizada, junto da entendida gestora nacional. -----

A segunda, respeita às parcerias privadas de âmbito municipal já discutidas a pretexto do 1º ponto da ordem do dia da Assembleia e que estão definidas e são do conhecimento da mesma. -----

No respeitante à sustentabilidade financeira dos investimentos que queremos materializar neste mandato, mas que têm que ser adequados à realidade do enquadramento financeiro que esta mudança de Quadros Comunitários de Apoio nos determina, é absolutamente incontornável, pretende-se aproveitar as oportunidades. Para isso está-se a fazer trabalho de preparação, olhando às conhecidas condicionantes financeiras e não àquelas que gostaríamos que estivessem. -----

Refere ainda que há um conjunto de novas políticas e de novos projectos na área da cultura, do desporto e da acção social, com destaque referenciado para a nova política integrada na gestão da educação e na acção social. -----

Termina dizendo que estas são as notas principais de um orçamento que tem uma dimensão financeira idêntica à do ano em curso, aprovado no ano passado, e que deriva de todas as circunstâncias de gestão, dado que obviamente há um conjunto de pontos de interrogação sobre algumas dessas circunstâncias, nomeadamente aquelas que derivam da aplicação da Nova Lei das Finanças Locais. -----

O Presidente deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

FLOR AGOSTINHO: Este plano é aquilo que defende e que seja um projecto daquilo que se pretende realizar no Concelho. Como tal, ele deve consubstanciar todo um conjunto de investimentos, de obras, que se pretendem realizar durante um ano, encontrando-se devidamente sustentadas. -----

Depois da análise do documento apresentado, ressalta-lhe o seu preâmbulo, nomeadamente os cinco pontos que ele apresenta como sendo pontos que podem restringir ou reduzir um pouco a capacidade

de investimento da Câmara, ficando sensibilizado para a grande dificuldade que terá sido elaborar este plano. -----

Constata que a gestão das Câmaras começaram nos primeiros anos logo a seguir ao 25 de Abril, por serem simples orçamentos e planos de gestão e de funcionamento de uma autarquia, onde as Câmaras pouco mais faziam do que a sua gestão normal e diária. Depois, vieram os Fundos Comunitários que foram a grande alavanca para o desenvolvimento e para o crescimento deste País através das autarquias. Mais tarde, vieram os Programas Quadros, programas com os Governos que permitiam mais desenvolvimento, mais investimento, parcialmente em determinada obra. E hoje, o que é proposto através da Lei da Finanças Locais é deixar de haver investimento, devido, a várias restrições, nomeadamente a dificuldade em saber como gerir os próximos fundos Comunitários de 2007/2013. -----

Prevendo-se que somente no mês de Setembro ou Novembro se saberá mais pormenores sobre onde e como investir, dificultará ainda mais a gestão das Câmaras. -----

Assim prevê-se que a Câmara continue como nos primeiros anos da democracia a gerir o seu dia a dia, a sua gestão corrente, fazendo as suas despesas de funcionamento, ou então, tem a capacidade como iniciativa da autarquia Ilhavense, recorrer aos acordos, ou contratos com os privados, como forma de obter financiamento para realizar os grandes investimentos prometidos à população. Haverá a existência de dois tipos de gestores, um autarca que se limita a gerir a sua Câmara na sua gestão corrente, ou o verdadeiro autarca, que é empreendedor, que corre o risco, que quer fazer obra, que quer deixar herança para vindouros poderem usufruir. -----

Acrescentaria aos cinco ponto, mais um que desbloqueasse grandes investimentos que estão perspectivados para o Concelho através dos privados, e é sua opinião que há um constrangimento ao desenvolvimento do Concelho, porque esses investimentos podem ter o feito reprodutor na economia, trazer mais empregos, trazer economias acessórias, desenvolver indústrias, comércio, e turismo. -----

Conclui dizendo que o orçamento é rigoroso. Analisando os números, chegar-se-á à conclusão de que tudo está previsto e contemplado, a possibilidade de existir investimento no Concelho. -----

Diz estar convencido que, mais uma vez, a oposição não poderá dizer que não é feita obra no Concelho, porque, elas estão perspectivadas através de fundos comunitários, como de apoio dos privados, e por isso vai aparecer obra. -----

Votará favoravelmente, porque lhe parece ser um plano que vai permitir satisfazer as necessidades da população ilhavense, através de obra feita, do desenvolvimento de melhores condições de vida. -----

HUGO COELHO: Salienta quatro notas principais. A primeira refere-se à EDP, dizendo que actualmente está a prestar um fraco serviço, nomeadamente na Gafanha da Nazaré, solicitando que se tomem medidas para que haja melhoria da qualidade de serviço. A segunda, indica que o se o saneamento fosse obra prioritária há quinze anos atrás, não estariam discuti-la em 2007, mas sim de melhorias dos aspectos culturais, sociais e económicos. A terceira nota, diz respeito às obras e às energias inter-municipais, visto que dado Ílhavo ser um município pequeno dever-se-ia privilegiar as obras inter-municipais, porque os custos seriam partilhados. -----

Termina dizendo que o quarto ponto, destaca para a necessidade rápida de melhoramentos do Centro Cultural da Gafanha da Nazaré. -----

EDUARDO FERREIRA: No âmbito da temática da saúde, questiona os acordos previsto no ponto 2 entre a Câmara e a Santa Casa da Misericórdia, no sentido de materializar a obra de um hospital continuado, visto que, quando o objectivo do Governo é fechar tudo o que está perto das populações, como é que é possível a Câmara insistir neste tipo de obras. -----

Outra situação sobre a acção social, nomeadamente sobre apoios institucionais, técnicos e financeiros, recorda que é realidade no Concelho o deficit que existe no apoio social relativamente a creches, jardins-de-infância e apoio solidário a idosos. Aqui sim, destaca a necessidade de obras de betão nesta área que todos deveriam apoiar. -----

Sobre o ponto da rede viária e da sinalização, diz que na sinalética, é um projecto bom, mas seria um projecto melhor se houvesse melhorias, tais como corrigindo a sinalética que indica as praias do Concelho que diz praias, por descrever Praia da Costa Nova e Praia da Barra, permitindo a visibilidade destes lugares e do Concelho. -----

Pergunta para quando a entrega da gestão do mercado de Ílhavo à Junta de Freguesia. -----
Sobre os protocolos com as Juntas de Freguesia, entende que se as Câmaras exigem do Governo maior autonomia, e não tendo as Juntas capacidade financeira para fazer obras é sua opinião que as Câmaras devem dar também mais autonomia às Juntas de Freguesia. -----

Relativamente ao orçamento, comenta, que é aquele que o PSD irá aprovar e que será também o modelo utilizado até às próximas eleições. -----

Por ser atribuído uma verba de 1.000,00€ à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens pergunta se a verba é fixa ou somente abertura para despesas?. -----

Por fim, e no âmbito do Aveiro Digital, verificou que em relação aos anos anteriores houve um grande decréscimo de verbas, pergunta porquê?. -----

JOSÉ LOUREIRO: Começa por dizer que não percebeu a descrição no preâmbulo em que diz que “a Câmara vai gerir com ambição e cautela”, porque são palavras antagónicas. Acrescentava as palavras tranquilidade e realismo, porque é sua opinião que já andam a ser massacrados demais pelo Governo, demonstrando assim a sua discordância com a Lei das Finanças Locais. -----

Tendo ouvido a entrevista do Presidente da Câmara na Rádio Terranova, onde abordou as dificuldades tidas pela Câmara, demonstra espanto perante o orçamento apresentado, que diz: -----

- Orçamento/ 2006, 45.259.000,00 €; Orçamento/2007, 45.240.919,62 €. -----

- Fundos Comunitários/2006, 11.500.000,00 €; Fundos Comunitários/2007, 11.000.000,00€. -----

- Financiamento Bancário/2006, 2.950.000,00€; Financiamento Bancário/2007, 1.290.919, 61 €. -----

- No sector das despesas chama à atenção para o que o Presidente da Câmara disse ao referir-se que no próximo ano, a Câmara terá de devolver IMI às pessoas a quem, pelo despacho que estava errado, tendo a Câmara cobrado a mais, comentando que não constatou nenhuma verba para essa situação. -----

Verificou que na transferência do Poder Central para a Câmara Municipal de Ílhavo, não há grande diferença entre o orçamento de 2006 e o de 2007. À semelhança do que disse em 2006, reitera que o orçamento proposto para 2007 continua irrealista. Finaliza dizendo que lhe é difícil comparar porque não tem dados sobre qual a percentagem de aplicação na realização. -----

HUMBERTO ROCHA: Inicia a sua intervenção dizendo que este orçamento lhe suscita muitas dúvidas, apesar de sempre se ter discutido que, aquando da implementação da Lei das Finanças Locais existiriam problemas, no entanto, verifica-se que não haver decréscimo no orçamento apresentado. Depois verifica que no relatório de contas de 2005, existe um plano global de 31.381.000,00€ e agora o valor apresentado é de 45.000.000,00 €, o que significa um aumento aproximado de 50% em relação ao relatório de 2005. ----

Quanto ao emprego e coesão social, depara que em vez de existir um aumento do emprego e de localização de empresas, verifica a deslocalização das mesmas para Municípios vizinhos, dando como exemplo o caso da Fábrica Margrés. -----

No ambiente e desenvolvimento sustentado verifica o contínuo atraso do saneamento e relativamente ao tema da solidariedade diz ser pouco dinâmico, visto não ter havido recentemente habitação social. -----

Demonstra ter algumas dúvidas quanto ao reforço da parceria com privados, na medida em as sociedades anónimas apenas têm o objectivo de lucro. -----

Detém dúvidas quanto ao iniciar, em 2007, das obras do Jardim do Oudinot, Parque da Meia Laranja, Esteiro da Malhada. -----

Pergunta qual razão de se encontrar verbas de três milhões e quinhentos mil Euros, em receitas de terrenos, quando em 2005 apenas constava a receita de novecentos mil euros. -----

Termina sugerindo que os protocolos com as Juntas de Freguesia, fossem atempadamente assinados, para que as próprias Juntas de Freguesia soubessem qual o valor previsto para o seu orçamento. -----

Pelo Presidente da Mesa foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para responder às citadas questões: -----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Começa por agradecer a intervenção do membro Flor Agostinho, porque deu uma nova perspectiva sobre a sua abordagem no que diz respeito, às incidências de investimentos, nomeadamente privados e à forma como a Câmara os estimula. Evidência que o mais importante é cumprir os compromissos assumidos com a população, cumprindo-os de forma sustentada. -----

Sobre as referências apontadas pelo membro Hugo Coelho, começa por concordar que a EDP não tem feito um bom trabalho no Concelho, portanto refere a necessidade de continuar a pressionar o fornecedor, nomeadamente ao nível do fornecimento de energia de iluminação pública, para que a qualidade do seu serviço melhor. -----

Em relação ao saneamento informa que em 1998, a rede de cobertura de saneamento no Município era 15%, e hoje é acima dos 70%/75%. Destaca também que ao longo destes anos, além deste investimento que rondaram os vinte milhões de euros no saneamento, houve muito investimento em cultura, economia, educação, apoio à actividade industrial e apoio às actividades piscatórias. -----

O documento apresentado demonstra a verba alta que se encontra disponível para a área da Cultura, visto que detém a obra do centro Cultural de Ílhavo. -----

As acções inter-municipais têm que ser privilegiadas, nomeadamente as referenciadas na gestão dos sistemas ambientais, no que respeita ao sistema de saneamento básico e sistema de distribuição de águas. A Câmara encontra-se a trabalhar com Municípios da Região, porque há cada vez mais matérias que exigem a abordagem e gestão de dimensão inter-municipal. -----

Para dar conforto a quem utiliza o Centro Cultural da Gafanha da Nazaré haverá uma terceira de investimento para a sua melhoria. -----

Sobre a referência que o membro Eduardo Ferreira fez à saúde e em relação ao Hospital de Cuidados Continuados na Santa Casa da Misericórdia, na qual a Câmara já tem um empenho financeiro relevante, explica que há o recurso tradicional com apoio dos Fundos Comunitários para a área da saúde no Novo Quadro. No entanto, se não for possível através deste meio a Câmara e a Santa Casa da Misericórdia estarão em conjunto numa operação de parceria pública/privado, para se fazer o 1º Hospital de Cuidados Continuados do País. -----

Concorda com a referência que este membro fez sobre a acção social, daí os apoios a projectos que já estão no papel ou em obra física, e às parcerias com instituições referenciadas no texto. -----

Tomou nota da proposta em relação à sinalética das praias. -----

Quanto ao Mercado de Ílhavo, informa que se encontra num processo de reformulação dos mecanismos de gestão e do modelo de utilização daquele equipamento que foi construído com capacidade poli-funcional e tem como objectivo entregar a gestão do mercado à Junta de Freguesia de S. Salvador. -----

Os protocolos com as Juntas de Freguesia são acordos e de cooperação dentro do Poder Local, entre Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia distintas, ao contrário das transferências de competências entre Municípios e Governo. -----

Os mil euros para a CPCJ, é a verba para algumas despesas, porque as despesas de funcionamento não são pagas por aí, nomeadamente as despesas com pessoal, mas outras despesas podem acontecer no funcionamento da comissão. -----

Quanto ao Aveiro Digital, o decréscimo é grande, porque de acordo com o nome Aveiro Digital 2002/2006, tem que acabar a execução financeira no ano em curso. -----

Diz que a leitura feita pelo membro José Loureiro, tem a ver com os Fundos Comunitários que estão previstos no Orçamento, e que são os chamados Fundos Comunitários do Quadro velho, como está descrito no preâmbulo, na medida em que há fortes expectativas em receber Fundos Comunitários pelas três candidaturas apresentadas, dos gestores Overbooking, seja no Programa Operacional da Cultura, seja no Programa Operacional Regional do PO do Centro. -----

Diz ter feito uma correcta leitura do financiamento bancário também deduziu bem. Em relação à devolução do IMI, após análise cuidada, responderá brevemente. -----

Nas transferências do OE, refere que o problema está no abaixamento do limite do endividamento. Nas obrigações novas que a lei trás de amortização da dívida, que nos vai cativar uma parte das verbas que estão definidas para investimento, e terão de ser para cumprir esta obrigação, da nova Lei das Finanças Locais. -----

Ao membro Humberto Rocha diz que não fará qualquer comentário às comparações de valores entre anos, porque não é possível comparar. -----

Diz não ter compreendido os comentários feitos relativamente ao emprego e coesão social, porque são uma das três dicas fundamentais do trabalho que se está a desenvolver. Diz ser aí que está boa parte do

novo trabalho, do novo poder local, é de algumas reformas importantes do trabalho que o Plano e Orçamento, com compromissos para cumprir em 2007, e portanto, entende serem as opções correctas, estando no caminho correcto para materializar os objectivos assumimos perante os eleitores. -----
Em relação à Margrês informa que não tem conhecimento da sua deslocalização. -----
Quanto ao saneamento refere que poderia estar em fase mais adiantada, se não tivesse herdado em 1998, uma cobertura de rede em 15%. -----
Em termos sociais, não é prioridade a habitação social, porque discorda dos modelos utilizados que se transformam rapidamente em graves focos de problemas sociais. -----
Demonstra disponibilidade para tirar qualquer dúvida ao membro Humberto Rocha relativamente à relação entre empresas público/privado. -----
Pretende-se que em 2007, a obra do Jardim Oudinot comece e termine em 2008. -----
Regista o seu conselho em fazer atempadamente os protocolos com as Junta de Freguesia. -----
O Presidente deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

JOSÉ LOUREIRO: Indica que o Presidente da Câmara não respondeu à sua questão sobre onde foram utilizados, em 2006, os 1.760.180,38€, do financiamento bancário. -----
Diz que embora seja dito que falta unicamente 25% de saneamento no Concelho, menciona que tem azar porque ainda não abrangeu a sua área de residência. -----
Refere que é preocupante a situação de falta de qualidade do serviço da EDP, porque já não é preciso ocorrer um temporal para que haja falta de luz. -----
HUMBERTO ROCHA: Refere que embora se digna que deixou pouca área de saneamento efectuada, foi ele quem teve iniciativa em avançar com o saneamento na Gafanha da Nazaré e desentupir o existente na Barra, e avançar com uma estação de tratamento na Costa Nova. -----
Diz ter conhecimento que a Margrês, continuando a laborar em Ílhavo vai avançar com outra unidade em Aveiro porque não teve apoio da Câmara. -----
Refere que não está de acordo que a habitação social seja feita em grande volume no mesmo local, mas sim pequenos núcleos que se integrem dentro do resto da população, de maneira que não se criarem problemas de guetos. -----
FLOR AGOSTINHO: Agradeço os comentários que o Presidente fez à sua intervenção mencionando que trabalha com prazer e orgulho numa instituição, que tem por obrigação andar avançada em relação a todos e é habitual falar de aplicações em fundos de investimentos, de acordos, protocolos com privados, entre outros. -----

Pelo Presidente da Mesa foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para responder às citadas questões: -----

3ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Ao membro José Loureiro responde que a verba foi utilizada nas obras que se foram concretizando, nomeadamente a obra principal para a qual se cativou o valor do empréstimo, que é a obra do Centro Cultural de Ílhavo. Portanto, a diferença foi utilizada, paga em autos de obra, e portanto, dos autos que terão em 2007. -----
Indica ao membro José Loureiro, que uma vez que vive na zona onde falta os 25% de obras do saneamento básico, informa que o mesmo se encontra planeado para um futuro próximo. -----
Responde ao membro Humberto Rocha que a Margrês não avançou para Aveiro porque a Câmara Municipal de Ílhavo não deu aquilo que ela queria, mas sim porque lhe surgiu uma oportunidade de negócio de uma boa empresa de Aveiro, que o Grupo Panária entendeu aproveitar. -----
Agradece as notas apresentadas pelo membro Flor Agostinho. -----

VOTAÇÃO: Submetida a votação, foi aprovado por maioria, com 16 votos a favor (dezasseis) dos membros do PSD, 6 (seis) votos contra dos membros do PS (5) e CDU (1) e duas (2) abstenções dos membros Domingos Vilarinho e Eduardo Ferreira. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

Membros do PS: “As grandes opções do Plano e Orçamento para 2007, com o valor global de 45.240.919€ não traduzem, de modo algum um orçamento de contenção, o que demonstra a diferença entre o que se diz e o que na realidade se passa. -----

Criticou-se tanto a Lei das Finanças Locais e depois acaba por se verificar que o Município de Ílhavo não teve decréscimo das transferências do Estado e sem um aumento de 1%. -----

Os gastos cada vez mais exagerados nas despesas de funcionamento são uma constante, com um valor de 13.788.400 €, o que corresponde a 44% da totalidade das GOP 2005, que foi de 31.381.916 €, segundo o Relatório e contas desse ano. -----

A complicar este orçamento há ainda o facto de ele se apoiar, em muitas das suas propostas numa Sociedade Anónima (CMI/Privados), de capitais minoritariamente públicos, em que a Câmara dificilmente poderá impor a sua vontade, na defesa dos justos interesses dos munícipes, permitindo que privados, numa lógica de lucro, administrem as necessidades deste município. -----

Projectos como a recuperação do bairro da Vista Alegre ficam por concretizar, na parte correspondente à Empresa, no que concerne à recuperação das habitações, quando a Câmara cumpriu, atempadamente, a parte que lhe competia. -----

Será isto boa gestão? Evidentemente que não e qualquer firma teria sérias dificuldades financeiras, caso os seus gestores actuassem dessa maneira. -----

A implementação de Indústrias no Concelho não tem tido qualquer êxito, havendo, pelo contrário, algumas que se vão instalar nos municípios vizinhos, por falta de apoio da Autarquia, sendo o caso mais gritante, pela sua dimensão, a deslocalização da Fábrica Margrés. -----

O Plano de Desenvolvimento d Zona Industrial das Ervasas não mais avançou, embora agora até se situe perto duma grande Via- A17. -----

O constante adiamento da revisão do PDM, tendo o Executivo assumida há 3 anos que rapidamente estaria pronto, continua por resolver, na gaveta. -----

Mas o maior problema é que as GOP 2007 são uma repetição quase exaustiva de tudo o que não tem sido executado, embora programado, ao longo dos mandatos. -----

E há casos, como o Arranjo do Jardim Oudinot, que já se repete por tantos Orçamentos, que já ninguém acredita que se concretize em 2007. -----

Pelo que apresentámos é evidente que não poderíamos apoiar as Grandes Opções do Plano para 2007. ---
Votamos contra. -----

Pel’ Os membros do PS da Ass. Municipal. -----
2006/12/14 -----

As.) Humberto Rocha”. -----

O Presidente da Mesa informou que terminada a discussão dos pontos da Ordem do Dia, dá a Palavra ao público. Como ninguém do público se inscreveu para intervir, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião pelas 00:45 horas. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR MAIORIA NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 02/02/07.